

ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADCHOJE Vol. 17 No 3
Abril 2015



Integração Regional SADC desenvolve Estratégia Industrial

por Joseph Ngwawi

A SADC está em processo de finalização de um projecto de Estratégia de Industrialização Regional e um Roteiro para grandes transformações económicas e tecnológicas, a nível nacional e regional, no âmbito do aprofundamento da integração regional.

A estratégia e o roteiro, cuja elaboração foi liderada por uma equipe de consultores regionais e nacionais, indicados pelo Secretariado da SADC, tem como objectivo acelerar o ritmo de crescimento no sentido de reforçar as vantagens comparativas e competitivas das economias da região.

Um relatório intercalar dos consultores foi apresentado às reuniões do Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional e do Conselho de Ministros da SADC, realizadas em Harare, a capital do Zimbabwe, em Março.

"O desenvolvimento da estratégia de industrialização iniciou em Dezembro de 2014, após a conclusão da fase preparatória, que incluiu a mobilização de recursos, preparação dos termos de referências e a constituição da equipa de especialistas", disse a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax.

O relatório intercalar identifica a industrialização, a competitividade e a integração regional como os três pilares fundamentais da estratégia.

A estratégia vai apresentar acções concretas e inovadoras de curto, médio e longo prazo para a

realização dos objectivos dos três pilares e estará alinhado com a Agenda 2063 da União Africana.

Enquanto não há um tamanho único para toda prescrição, o relatório intercalar propõe uma vasta gama de opções de política industrial que estão disponíveis para a região da SADC.

Uma das opções é a adopção de Zonas Económicas Especiais (ZEE).

"Estas são uma opção atraente, onde a logística é favorável - a proximidade dos mercados, portos, infra-estruturas modernas - e o financiamento está disponível", refere o relatório.

"Elas podem formar a base para o agrupamento, incluindo a criação da cadeia de valor, de modo que as empresas possam explorar os benefícios dos produtos externos por estarem localizados perto dos fornecedores de insumos, dos fabricantes e das instituições financeiras."

Os parques industriais agem como um atractivo para os novos operadores e uma base para sectores, atraindo ao mesmo tempo o investimento directo estrangeiro.

No entanto, a desvantagem é que as empresas não podem ser forçadas a estar dentro da ZEE e sempre haverá riscos de que os incentivos, como a redução de impostos usados para atrair investidores, possam custar caro em relação aos benefícios obtidos.

"Além disso, algumas economias da SADC têm espaço fiscal para gastar excessivamente, seja no investimento nas ZEE ou em subvenções de capital", indica o relatório.



POLÍTICA	3
CIMEIRA	4
AGRICULTURA	5
INFRA-ESTRUTURAS	6-7
ENERGIA	8-9
BREVES NEGÓCIOS	10
FLUXOS ILÍCITOS	11
CONSTITUIÇÃO	12
PAZ E SEGURANÇA	13
GÉNERO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Integração Regional

SADC desenvolve Estratégia Industrial



O projecto de estratégia também apela a promoção de cadeias de valor nacionais, regionais e globais, como uma das intervenções que devem ser prosseguidas pela SADC nos seus esforços para industrialização.

A região da SADC poderia beneficiar bastante com a experiência das economias asiáticas na área das cadeias globais e regionais de valores.

A participação nas cadeias de valor desempenhou um papel importante na industrialização das economias asiáticas e é, portanto, vista como um caminho promissor para a industrialização da região da África Austral.

Começando com o Japão no final do século 20, a Ásia é uma das regiões que explorou Cadeias Globais de Valor (CGV) com sucesso. As CGV contribuíram para a rápida industrialização da China ao mesmo tempo que contribuíram significativamente para o rápido crescimento da região asiática em renda, produção e emprego.

Os principais exportadores asiáticos ocupam lugares cimeiros em termos de participação na GVC porque uma grande parte das suas exportações são insumos importadas (mais valia estrangeira) e igualmente uma grande das suas exportações são bens intermédios que são utilizados nas exportações para terceiros Países.

As exportações asiáticas estão, portanto, integradas nas CGV a montante e a jusante.

Promoção das cadeias de valor permitirá aos Estados Membros da SADC especializarem-se em tais processos e actividades, onde eles têm vantagens produtivas competitivas.

A participação em cadeias globais e regionais de valor também promove o comércio intra-regional e abre o acesso à tecnologia e a marcas registadas acelerando, ao mesmo tempo, a diversificação das exportações e crescimento.

O relatório também defende um argumento poderoso para

que os governos da SADC possam investir na recolha de informação e conhecimento para torná-la prontamente disponíveis para os actuais e potenciais investidores.

"Isto não significa que os políticos escolhem os vencedores, mas apenas a facilitam o acesso à informação para permitir que às empresas se diversifiquem, expandam ou se modernizem", refere.

Os governos podem fazer isso através da criação das suas próprias Instituições de Investigação e Desenvolvimento (R & D) ou "mais provavelmente prestar apoio financeiro a instituições de pesquisa existentes, incluindo

universidades e departamentos do sector privado de R & D."

O tipo de infra-estrutura – tanto rígida e suave – necessária para a diversificação muitas vezes muda em função da transformação das economias.

Tem-se observado que apesar das grandes empresas de mineração ou de energia estarem prontas e serem capazes de financiar as infra-estruturas fundamentais, isto ocorre raramente no caso da indústria e dos serviços, onde os governos terão de desempenhar um papel de liderança.

O Secretariado e os consultores foram instruídos pelo Conselho para reverem o projecto de estratégia e um roteiro antes da sua

apresentação para aprovação numa Cimeira Extraordinária da SADC, marcada para o dia 29 de Abril, em Harare.

O Conselho decidiu que, tendo em vista o foco principal na industrialização, no actual estágio de desenvolvimento da SADC, a estratégia de industrialização será fundamental na finalização do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) revisto.

Como resultado, ambos os processos de desenvolvimento de uma estratégia de industrialização e do RISDP revisto devem ser feitos simultaneamente e apresentados para aprovação pela Cimeira Extraordinária. □

Fases da Estratégia de Industrialização

A PROPOSTA Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC serão implementados em três fases, abrangendo os três principais pilares da industrialização, da competitividade e da integração regional. A primeira fase cobrirá o período remanescente do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), que termina em 2020. O RISDP foi revisto e prevê-se que seja aprovado pela Cimeira Extraordinária da SADC marcada para o dia 29 de Abril em Harare.

A segunda fase, que deverá cobrir 30 anos, vai abranger o período de 2021-2050, enquanto a fase final será executada entre 2051 e 2063, para estar em consonância com a agenda da União Africana 2063. A Agenda prevê que até 2063 os Países africanos irão convergir colectivamente numa "África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global".

Espera-se que todas as comunidades económicas regionais no continente possam orientar as suas estratégias e implementar os recursos para este fim.

A primeira fase envolverá a implementação de medidas para transformar a base de produção da região, bem como para aumentar a qualidade do capital humano e da produtividade e do trabalho.

As intervenções propostas durante esta fase incluirão a modernização da indústria e das estruturas de apoio; medidas para melhorar as capacidades de ciência, tecnologia, engenharia e de investigação dos Estados-Membros; desenvolvimento de competências; reformas institucionais; e adopção de políticas macroeconómicas favoráveis para o desenvolvimento industrial.

Prevê-se que a economia SADC, durante a segunda fase, passará a ser orientada para a eficiência. As medidas incidirão sobre diversificação e produtividade dos sectores e sobre o aumento da competitividade na região.

Isso implicará a introdução das políticas destinadas as indústrias de transformação agro-alimentares; introdução de cadeias de valor envolvendo o sector agrícola; aproveitamento da mais-valia mineral; produtos farmacêuticos; e transformação de Pequenas e Médias Empresas (PME).

As intervenções específicas propostas durante esta fase vão incluir a introdução de tecnologia avançada em projectos de transformação agro-alimentares; desenvolvimento de pólos agro-industriais; promoção de cadeias regionais de valor; priorização do aproveitamento mineral; desenvolvimento de sectores industriais minerais; apoio às PME de mineração; e acesso ao financiamento.

Outras intervenções propostas são a priorização do sector farmacêutico, incluindo o desenvolvimento de cadeias regionais de valor na indústria.

Durante a terceira e última fase, está prevista que a economia regional possa se transformar ainda mais, com base nos elevados níveis de inovação e sofisticação de negócios.

Isso exigirá um maior investimento em conhecimento, desenvolvimento de habilidades únicas, alimentando a inovação, bem como a promoção da competitividade e aprofundamento da cultura empreendedora. □

SADC almeja uma integração profunda

O CONSELHO de Ministros da SADC esteve reunido no início de Março, em Harare, Zimbabwe, para discutir formas de aprofundar a integração e o fortalecimento do desenvolvimento socioeconómico da África Austral. O Conselho é responsável pela supervisão e monitoria das actividades e desenvolvimento da SADC, e assegurar que as políticas sejam devidamente aplicadas, bem como fazer recomendações aos Chefes de Estado e de Governo. Esta edição da revista SADC Hoje analisa algumas das principais questões deliberadas pelo Conselho, que é composto por Ministros responsáveis pelos Negócios Estrangeiros, Planeamento Económico ou Finanças dos 15 Estados-Membros.

Conselho aprova o orçamento para 2015/16

O Conselho aprovou o orçamento da SADC para 2015/16, estimado em 79.4 milhões de dólares norte-americanos, para a implementação dos planos operacionais da região.

A principal área de foco para o ano irá incluir a consolidação da paz e da segurança regional, a promoção do desenvolvimento industrial e integração do mercado, e do desenvolvimento de infra-estruturas.

Outras áreas de foco incluem o aumento da produção agrícola, bem como o desenvolvimento social e desenvolvimento humano e de género.

No que diz respeito às contribuições anuais dos Estados-Membros para o Secretariado da SADC, o Conselho registou com satisfação a remessa atempada das contribuições para o ano fiscal de 2014/15.

Conselho referiu que este modelo de financiamento deve ainda ser complementado por outras estratégias de crescimento doméstico para reverter a situação actual em que mais de 60 por cento dos programas e projectos da SADC dependem de financiamento externo, o que não é sustentável.

SADC compromete-se com a Agenda 2063

Conselho instou os Estados-Membros da SADC para começarem a trabalhar na integração da Agenda 2063 nos seus planos nacionais e regionais de desenvolvimento e na domesticação do mesmo dentro das suas políticas nacionais, estruturas legais e institucionais.

Agenda 2063 é um quadro continental adoptado pela União Africana em 2013

para garantir que o continente seja capaz de explorar e utilizar os seus recursos para o benefício do seu povo.

Isto surge em reconhecimento do facto dos países africanos continuarem a estar entre os mais pobres do mundo, apesar de possuírem recursos naturais em abundância.

Como resultado, há a necessidade da África desenvolver políticas vibrantes que assegurem rendimentos e que os recursos naturais sejam utilizados para financiar a sua agenda de desenvolvimento.

ACL Tripartida será lançada em 2015

Conselho registou com satisfação o trabalho em curso sob a responsabilidade do COMESA-EAC-SADC para fortalecer o arranjo tripartido no âmbito do pilar da integração do mercado, desenvolvimento industrial e de infra-estruturas visando aprofundar a integração na África Oriental e Austral.

Os três secretariados também estão em processo de finalização do relatório para a consideração da Cimeira Tripartida COMESA-EAC-SADC ainda este ano, o que, entre outras coisas, permitirá lançar a ACL Tripartida e analisar os progressos realizados na implementação de outros pilares do programa trabalho tripartido.

Criação de uma Área de Comércio Livre (ACL) alargada vai criar um mercado mais amplo que abrange 26 países da África Oriental e Austral, com uma população total de aproximadamente 600 milhões de pessoas, abrangendo desde o Cabo ao Cairo.

Quanto ao lançamento da Área de Comércio Livre Continental (ACLC), o Conselho encarregou órgãos relevantes de política da SADC para se prepararem para o lançamento das negociações da ACLC antes de Junho.

Além disso, o Secretariado foi orientado para preparar um programa de trabalho em Abril de 2015 para a entrada nas negociações de ACLC, tendo em conta a necessidade de tratar simultaneamente os desafios relacionados com a implementação da ACL da SADC e o excelente trabalho no âmbito da ACL Tripartida envolvendo a COMESA e a EAC.

Conselho solicitou também os ministros responsáveis pelo Comércio e Indústria para preparar uma posição comum da SADC sobre a industrialização em Abril de 2015, no contexto do lançamento das negociações de ACLC, para apresentação à Cimeira da UA.

Gestão de Desastres

Na sequência de recentes cheias que afectaram a maior parte da África Austral, o Conselho instruiu o Secretariado da SADC a convocar urgentemente uma reunião especial dos ministros responsáveis pela redução do risco de desastres e de financiamento para discutir o impacto dos desastres naturais na região.

A sessão especial também deve olhar para formas de mobilizar fundos para a ajuda humanitária e para o desenvolvimento de resposta regional a desastres e mecanismo de prontidão.

Por exemplo, recentes cheias que afectaram parte da África Austral, entre Dezembro de 2014 e Fevereiro 2015, causaram grandes danos às culturas, pecuária e infra-estrutura em Países como Madagáscar, Malawi, Moçambique e Zimbabwe.

No Malawi, o Presidente Peter Mutharika teve de declarar estado de calamidade em 15 distritos, depois de mais de 200 pessoas terem morrido e mais de 500 mil deslocadas por inundações.

Em Moçambique, pelo menos, 27.838 casas foram destruídas e uma área de 33.648 hectares é dada como perdida devido as cheias.

Para resolver a situação, os Países da SADC mobilizaram individualmente recursos para ajudar os Países afectados. No entanto é necessária uma assistência humanitária e resposta a desastres de índole regional para assegurar que a SADC esteja pronta para este tipo de desastres. □



Um apelo coerente para a industrialização

A **ÁFRICA** Austral vai tirar um proveito máximo dos seus vastos recursos naturais somente quando os Países da região desenvolverem e fortalecerem as suas indústrias.

O Presidente do Comité de Altos Quadros da SADC, o Embaixador Joey Bimha, fez esta afirmação num recente seminário de peritos sobre o Quadro Estratégico para a Industrialização da SADC realizado no final de Março, em Harare, Zimbabwe.

Afirmou que a industrialização permitirá que a região aproveite as mais-valias dos seus recursos naturais, e obtenha grandes rendimentos ao exportar produtos acabados ou processados.

Actualmente, os Países da SADC obtêm poucos rendimentos porque os seus recursos são normalmente exportado em sua forma bruta, ficando uma grande parte das mais-valias a ocorrer fora da região.

"Nós só poderemos obter maiores benefícios do vasto mercado desenvolvendo e fortalecendo as nossas próprias indústrias", disse Bimha, que é Primeiro Secretário Ministério dos Negócios Estrangeiros do Zimbabwe.

"Somente através do aproveitamento das mais-valias poderemos, como região, começar a traçar o nosso caminho rumo a uma estratégia sólida de industrialização."

Bimha disse que os principais desafios enfrentados pela maioria dos países da SADC é o facto de as mais-valias serem baixas e a produção primária constituir a maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB).

"Actualmente, a estrutura da produção na região da SADC é aquela em que a grande parcela do PIB, quase 50 por cento, derivar da produção primária de produtos nos sectores de agricultura e mineração", disse ele.

"A maioria dos Países ricos em minerais da África Austral

não estão somente a ganhar o mínimo exportando minérios em bruto, mas também estão limitando o emprego, a diversificação de riqueza e deixando-se vulnerável às flutuações do mercado global de recursos."

O embaixador da Noruega no Zimbabwe, Bard Hopland, concordou, dizendo a SADC tem potencial para desenvolver as suas economias, devido à abundância de recursos naturais.

No entanto, o desenvolvimento socioeconómico só poderá ser alcançado se a "madeira bruta for processada antes de ser exportada", disse.

Partilhando experiências de industrialização do seu País, Hopland disse que há também a necessidade dos Estados Membros da SADC diversificarem as suas indústrias e não só dependerem da agricultura, como acontece com maioria dos países da região.

"Apesar da agricultura ser vital por várias razões importantes e também por ser uma base para as indústrias de processamento de alimentos, eu acho que é justo dizer que a

agricultura por si só não vos vai tornar ricos. Somente industrialização pode fazer isso", disse ele.

Outra questão discutida durante o seminário foi a necessidade de melhorar o acesso aos elementos essenciais, como energia, infra-estruturas e financiamento.

A Seminário de Peritos sobre a revisão do Quadro Estratégico para a Industrialização da SADC foi organizada pelo Instituto Regional para o Desenvolvimento Económico (REDI) do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), como parte da sua contribuição para os esforços em curso da SADC visando desenvolver uma estratégia e um roteiro robusto de industrialização.

O SARDC REDI desenvolveu uma tese que articula algumas das principais questões que precisam de ser abordadas na proposta de estratégia e do roteiro de industrialização da SADC.

O documento identifica alguns dos principais desafios

que impedem os esforços dos Países da SADC para deixarem de ser exportadores líquidos de recursos naturais, em sua forma bruta, para os estados industrializados.

A análise centra-se nas seis áreas inter-relacionadas de agricultura; manufactura; mineração; indústria e comércio; empresas de pequena e média dimensão; bem como o papel dos mecanismos institucionais e de financiamento.

O objectivo do seminário era, portanto, submeter o documento a uma revisão por especialistas económicos para garantir que o seu conteúdo esteja tecnicamente correcto.

O documento, que será distribuído durante a próxima Cimeira Extraordinária da SADC prevista para 29 de Abril, em Harare, Zimbabwe, para análise e adopção da estratégia e do roteiro de industrialização SADC. sardc.net □

RISDP revisto será apresentado à Cimeira Extraordinária

ESPERA-SE QUE a versão revista do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC seja aprovada durante a Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC, prevista para o corrente mês de Abril, em Harare, no Zimbabwe.

A cimeira, marcada para o dia 29 de Abril em Harare, vai discutir o Projecto actualizado do RISDP 2015-2020 e o Quadro de Implementação do projecto.

Isto surge em cumprimento da decisão da 34ª Cimeira Ordinária da SADC realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto de 2014, na qual os líderes instruíram o Secretariado da SADC para finalizar o documento antecipando a

industrialização e a sua estratégia de implementação.

O RISDP revisto identifica quatro grandes prioridades a serem implementadas pela região entre 2015-2020.

Prioridade A procura promover o desenvolvimento industrial e a integração do mercado através do reforço da competitividade e da oferta de capacidade do lado produtivo dos Estados-Membros, bem como melhorar a circulação de mercadorias e facilitar a integração do mercado financeiro e de cooperação monetária, entre outras coisas.

A Prioridade B centra-se na prestação e melhoria de infra-estruturas de apoio para a integração regional. □

A Prioridade D visa a promoção de programas especiais de dimensão regional como educação e desenvolvimento de recursos humanos; saúde, HIV e AIDS e outras doenças transmissíveis; segurança alimentar e recursos naturais transfronteiriços; ambiente; Estatística; igualdade de género; e ciência, tecnologia e inovação e pesquisa e desenvolvimento.

As três prioridades acima serão potenciadas pela Prioridade C que centrada na promoção da paz e da cooperação de segurança como um pré-requisito para a realização da agenda de integração regional. □

Queda tardia de chuvas e cheias afrouxam a situação de segurança alimentar regional

por Kizito Sikuka

A QUEDA tardia de chuvas e as cheias que afectaram algumas partes da África Austral, no final do ano passado e início deste ano, enfraqueceram a situação de segurança alimentar de toda a região que em situação normal, tem sido impressionante nos últimos anos.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, fez esta afirmação intervindo na reunião do Conselho de Ministros da SADC, realizada em Março em Harare, Zimbabwe.

"A situação de segurança alimentar na região será pouco satisfatória durante a campanha de 2015/16, como resultado de chuvas fracas na maior parte da região, períodos de seca em algumas áreas e cheias em outras áreas."

A Dra. Tax não estimou, no entanto, as quantidades que a região poderá colher este ano, afirmando que a SADC "vai continuar a acompanhar a avaliação da situação da segurança alimentar e apoiar o aviso prévio sobre a vulnerabilidade nos Estados-Membros."

De acordo com uma avaliação da situação de segurança alimentar regional apresentada na 34ª Cimeira da SADC realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto do ano passado, a região tinha registado um excedente de cereais de mais

de 670 mil toneladas métricas durante a temporada de comercialização agrícola anterior.

Os factores que contribuíram para esse excedente incluíram as boas chuvas, melhor acesso a insumos, como sementes e fertilizantes, bem como facilidades de crédito e serviços de extensão.

Apesar dos progressos significativos feitos pela região para proporcionar melhores insumos e serviços aos agricultores, condições naturais, como chuvas e cheias, afectaram a campanha de comercialização 2015/16.

Por exemplo, as recentes cheias que afectaram partes da África Austral, entre Dezembro de 2014 e Fevereiro 2015, causaram grandes danos às culturas, pecuária e infra-estruturas em Madagáscar, Malawi, Moçambique e Zimbabwe.

O Presidente do Malawi, Peter Mutharika, teve de declarar estado de calamidade em 15 distritos, depois de mais de 200 pessoas terem morrido e 500 mil terem ficado desabrigadas devido as cheias.

Em Moçambique, pelo menos 27.838 casas destruídas e cerca de 33.648 hectares de culturas foram dadas como perdas devido as cheias.

"Queremos expressar a nossa solidariedade e condolências aos governos e povos do Madagáscar, Malawi, Moçambique e Zimbabwe pela

perda de vidas e destruição de propriedades, como resultado das recentes cheias nestes Estados-Membros", disse a Dra. Tax.

O Presidente do Conselho de Ministros da SADC, o Ministro das Relações Exteriores do Zimbabwe, Simbarashe Mumbengegwi, disse que agora é o momento para a região buscar formas inovadoras de lidar com tais problemas associados a mudanças nos padrões climáticos.

"O aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como secas e cheias irão afectar negativamente os principais sectores da economia regional, nomeadamente a agricultura", disse Mumbengegwi.

"Apesar de isto não ser um fenómeno novo, põe em causa o nosso nível de prontidão para lidar com catástrofes de grandes proporções."

Por exemplo, para lidar com a escassez de chuvas, a SADC poderia investir mais no desenvolvimento regional de infra-estruturas de água, como a irrigação, permitindo a região produzir durante todo o ano e não apenas depender das condições climáticas.

O potencial para irrigar a terra na região da SADC é grande uma vez que a região está dotada de grandes cursos de água, como o Congo, Limpopo e Zambeze.

Para resolver a situação de pouca comida numa

determinada época, ou de excedentes de outras partes da região, a SADC precisa melhorar as suas instalações de armazenamento e a rede de transportes, para que os produtos agrícolas possam ser escoados normalmente de um lugar para outro.

Além disso, as instalações de armazenamento permitem que os agricultores possam armazenar a sua colheita para uso em estações secas, e de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, as perdas pós-colheita da SADC estão acima de 40 por cento.

Outras intervenções fundamentais para impulsionar a agricultura na SADC incluem o aumento dos orçamentos para a agricultura, bem como programas de subsídios direccionados que permitem que os produtores tenham acesso a insumos agrícolas e implementos agrícolas a preços mais baratos.

Isto está em consonância com o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP), que foi formulado em 2003 pela União Africana para incentivar os países a chegar a um caminho mais elevado de crescimento económico através do desenvolvimento da agricultura.

No âmbito deste programa em todo o continente, os governos africanos se comprometeram a destinar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais para o sector agrícola a cada ano.

Em última análise, esta visão ambiciosa e ampla para a reforma agrícola em África aspira a uma taxa de crescimento médio anual de seis por cento para a agricultura.

A agricultura é a espinha dorsal para a maioria das economias da África Austral, e mais de 62 por cento dos 277 milhões de pessoas da região da SADC são dependentes da agricultura para a sua subsistência. sardc.net





Linha férrea de Benguela encurta e torna barato o comércio regional

A REABILITAÇÃO da linha férrea de Benguela torna mais curta a rota mais curta de acesso ao mar, a partir do interior de Angola, bem como das regiões ricas em minerais localizadas no sul da República Democrática do Congo e norte da Zâmbia.

Porto de saída da SADC ganha forma

O PORTO de saída da SADC vai tornar-se realidade brevemente com a primeira fase da construção do terminal de petróleo prevista para iniciar este ano.

O novo porto, que é liderado pela Autoridade dos Portos da Namíbia (Nampont) visa facilitar as exportações e importações de bens para os Países da SADC sem acesso ao mar, incluindo Botswana, Lesotho, Malawi, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

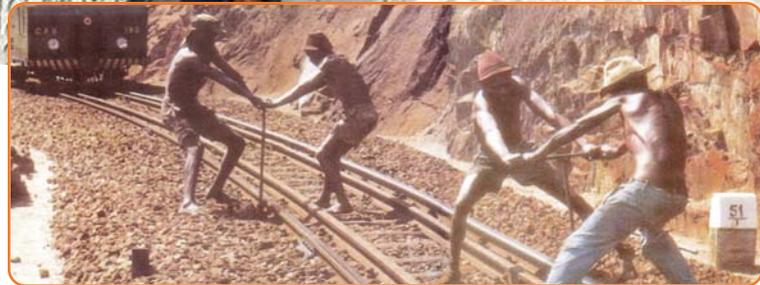
Os outros nove Estados Membros da SADC têm acesso ao mar - Angola, República Democrática do Congo, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul e República Unida da Tanzânia.

De acordo com a Nampont, o porto será desenvolvido em várias fases e a conclusão está marcada para 2019.

"O contrato já foi assinado e construção está prevista para começar em breve, enquanto a primeira fase do projecto será comissionado em 2017," disse o oficial da Nampont, Elzevir Gelderbloem. □

Construída em 1920, a linha férrea liga a cidade portuária Angolana, do Lobito, no Oceano Atlântico, à cidade fronteiriça oriental do Luau e continua até as redes ferroviárias da RDC e da Zâmbia. No entanto, as operações da linha foram interrompidas pelas guerras civis em Angola e na República Democrática do Congo.

Angola, República Democrática do Congo e a Zâmbia concluíram a reabilitação da linha férrea de Benguela em Fevereiro e a cerimónia de reabertura da linha foi realizada em Luau,



A linha férrea de Benguela apresenta-se como uma rota curta para o comércio de Angola, RDC e Zâmbia.

Angola, com a presença dos presidentes dos três países.

"Esta rota é a mais curta para o mar, a mais barato, e, claro, mais confiável", afirmou o Presidente da Zâmbia, Edgar Lungu, acrescentando que a reabilitação da linha férrea vai impulsionar o desenvolvimento nos três países.

Os seus homólogos, José Eduardo dos Santos, de Angola, e Joseph Kabila, da RDC, concordaram prometendo o seu

compromisso de aprofundar a integração regional e o comércio entre os Estados Membros da SADC.

O projecto de reabilitação da linha férrea de 1.344 km entre o porto de Lobito e a fronteira da RDC, avaliado em 1.9 biliões de dólares norte-americanos, foi realizado com o apoio da China. A reabilitação aumentou a velocidade máxima de cerca de 30 km / h até 90 km, com um tempo de viagem de 30 horas a partir de Lobito à fronteira de Luau.

Os governos de Angola, RDC e Zâmbia olham para a reconstrução da linha férrea de Benguela como uma janela de oportunidade económica que pode aumentar as exportações dos três países, poupando milhões em custos de transporte.

A linha férrea de Benguela é um dos muitos projectos da SADC que foram projectados para atender às metas regionais de desenvolvimento previstas no Plano Director Regional de Infra-estruturas da SADC.

Benguela é uma via essencial, mais barato para as exportações de cobre da Zâmbia e importações de máquinas e outros bens, que dependem das longas e dispendiosas linhas ferroviárias e rotas rodoviárias da África do Sul através de Zimbabwe ou Botswana, ou através do porto de Dar-es-Salaam, na Tanzânia. □

SADC mira um alto cargo no BAD

A ÁFRICA Austral concordou em apoiar a candidatura de Thomas Zondo Sakala, do Zimbabwe, para o cargo de Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O Conselho de Ministros da SADC, que se reuniu em Harare, Zimbabwe, no início de Março, concordou em apoiar Sakala durante as eleições marcadas para Maio. Sakala é um ex-vice-presidente do BAD.

"Conselho notou que, no processo de selecção, a SADC identificou o Sr. Thomas Zondo Sakala para candidato da SADC nas eleições do Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento.", indica uma declaração emitida pelo Conselho de Ministros da SADC.

Sakala é um forte concorrente com grandes probabilidades de conseguir o cargo depois de ter trabalhado para o banco continental há 31 anos e ter sido vice-presidente responsável por programas no mandato do actual presidente, Dr. Donald Kaberuka, que deixa o cargo após dois mandatos no cargo.

Ele renunciou ao cargo no ano passado para fazer campanha para a presidência da instituição financeira onde vai concorrer ao lado de outros sete candidatos.

Os outros candidatos à presidência do BAD são de Cabo Verde, Chade, Etiópia, Mali, Nigéria, Serra Leoa e Tunísia. □

SADC E NEPAD assinam acordo sobre infra-estruturas

A COMUNIDADE para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) assinaram um acordo relativo ao apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas na África Austral.

O Memorando de Entendimento foi assinado em Março pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e pelo Director Executivo da Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD, Dr. Ibrahim Assane Mayaki, em Gaborone, Botswana.

O objectivo do acordo é estabelecer um quadro jurídico de cooperação entre as partes em que a Agência da NEPAD irá fornecer apoio financeiro ao Secretariado da SADC no âmbito do Programa Capacitação de Projectos para o Desenvolvimento da Infra-estruturas em África (PIDA CAP).

Espera-se que o quadro jurídico possa delinear as modalidades através das quais o apoio vai ser concedido pelo Banco Africano de Desenvolvimento, através da Agência da NEPAD, ao Secretariado da SADC, para ser



usado para apoiar a SADC a participar plenamente no Programa PIDA.

O PIDA é um programa continental aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2012, como um programa prioritário de investimentos em infra-estruturas de energia, os transportes, Tecnologias de Informação e Comunicação e recursos hídricos transfronteiriços destinado a ligar e integrar a África para apoiar a o seu crescimento e desenvolvimento.

O Plano de Acção Prioritária do PIDA (PIDA PAP) tem uma carteira de investimento no valor de 68 bilhões de dólares norte-americanos programados para o período 2012-2020 e compreende 51 programas e projectos em energia, os transportes, as TIC e recursos hídricos transfronteiriços.

Dos 51 programas definidos em 433 projectos, a SADC tem 34 projectos como parte da lista PAP PIDA, que irão apoiar o Secretariado e os Estados-Membros a acelerar a execução desses projectos. □

Projectos PIDA seleccionados

UM TOTAL de 16 projectos estratégicos e regionalmente equilibrados foram apresentados aos potenciais doadores na Cimeira de Financiamento realizada em Junho de 2014, em Dakar, no Senegal, para mobilizar o investimento financeiro visando acelerar a implementação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África. Sete deles estão na SADC, como indicando a seguir:

- **Linha de Transmissão Zâmbia-Tanzânia-Kenya.** A proposta linha ligará as redes de energia dos três países e também vai melhorar e promover a integração e comercialização de energia regional no interior e entre o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral e Oriental.
- **Hidroeléctrica de Batoka Gorge envolvendo a Zâmbia e o Zimbabwe.** O projecto irá adicionar 1.600 MW de electricidade.
- **Hidroeléctrica de Ruzizi III na República Democrática do Congo (RDC).** O projecto irá adicionar 147 Megawatts (MW) de electricidade.
- **Expansão do Porto de Dar-es-Salaam, na Tanzânia.** O projecto incluirá aprofundamento e fortalecimento do cais para embarcações de alto mar e aumento da capacidade de lidar com navios maiores.
- **Estrada Serenge-Nakonde no Malawi.** A reabilitação da estrada vai melhorar a competitividade das empresas nos oito países que compartilham o Corredor Norte-Sul - Botswana, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.
- **Ponte Rodoviária e Ferroviária Brazzaville-Kinshasa e Linha Férrea Kinshasa Illebo na RDC.** A linha será ligada com a linha Lumbumbashi-Ilebo, bem como a criação de uma ligação ferroviária entre a África central e Austral através do RDC.
- **Fibra óptica terrestre de TIC Lusaka-Lilongwe ligando o Malawi e a Zâmbia.** O projecto tem como objectivo facilitar a interligação entre o Malawi e Zâmbia. □

China e África aprofundam laços "O projecto mais indicativo que UA já assinou com um parceiro"



O RECENTE acordo por parte da China e da África para desenvolver infra-estruturas no continente deverá aumentar comércio intra-africano através do movimento suave de bens, serviços e pessoas em todo o continente.

A China e África assinaram um contrato de transporte continental no âmbito da Agenda 2063 na 24ª Cimeira da UA, e visa o desenvolvimento rodoviário, ferroviário e rotas aéreas para

ligar as capitais em todo o continente.

Actualmente, a rota mais rápida para viajar de um lado da África para o outro pode envolver ligações encaminhadas via Europa, embora seja viável ligar directamente.

A Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, disse que o acordo é "o projecto mais indicativo que a UA já assinou com um parceiro." □

Centro Regional de Energia Renovável

A SADC concluiu o processo de selecção do Estado-Membro que vai albergar Centro Regional para a Promoção das Energias renováveis na África Austral.

O processo de apreciação e avaliação das quatro propostas para acolher o Centro da SADC para Energia Renovável e Eficiência Energética (SACREEE) teve lugar em Fevereiro de 2015, no Secretariado da SADC, e comportou candidaturas do Botswana, Moçambique, Namíbia e Zimbabwe.

O nome do País que vai acolher o centro será anunciado durante a próxima Reunião de Ministros de Energia da SADC marcada Maio na África do Sul.

O estabelecimento do SACREEE vai aumentar a absorção de energia limpa na África Austral, permitindo a região resolver alguns dos seus desafios energéticos.

A região tem fontes abundantes de energia, nomeadamente energias renováveis, as quais, caso sejam plenamente aproveitadas, poderiam aumentar grandemente a capacidade de produção de energia.

O centro vai promover a adopção de tecnologias de energia e serviços de eficiência energética renovável nos Estados Membros da SADC, com base no mercado.

O centro deverá contribuir substancialmente para o desenvolvimento dos mercados de energia e eficiência energética renováveis regionais através da partilha de conhecimentos e assessoria técnica nas áreas de política e regulação, cooperação tecnológica, desenvolvimento de capacidades, bem como promoção de investimentos.

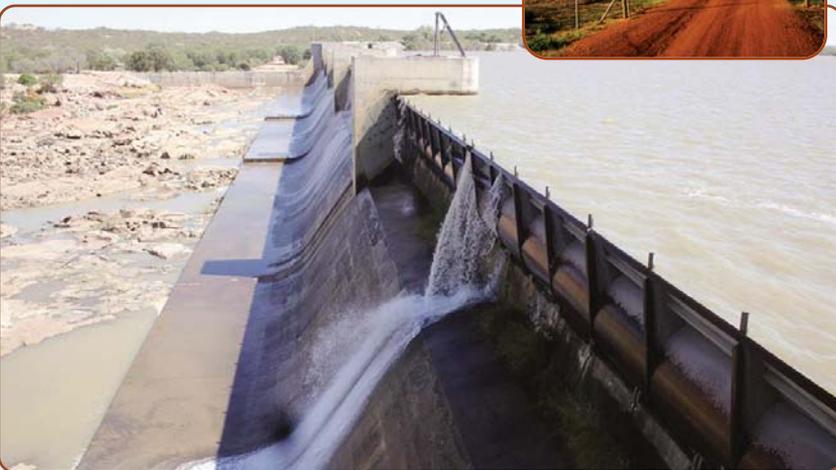
Vários parceiros de cooperação, tais como a Agência Austríaca para o Desenvolvimento Internacional e a Organização Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) comprometeram-se a prestar apoio financeiro ao centro durante os três primeiros anos. Depois disso, o centro deverá ser auto-sustentável.

A Criação do centro vai decorrer em três fases, a primeira das quais envolve a selecção de um País de acolhimento e a criação do Secretariado do SACREEE.

A fase preparatória inicialmente deveria decorrer de Janeiro a Outubro de 2014 e também serviria para a criação e inauguração do Conselho Executivo do SACREEE e das comissões técnicas.

A primeira fase operacional começou a ser executada a partir do final de 2014 até 2017, durante o qual o centro vai privilegiar o desenvolvimento de programas de energia renovável para a região e mobilização de recursos.

A segunda fase operacional, de 2018-2021, vai se concentrar em actividades para garantir a sustentabilidade do centro após a saída de parceiros de cooperação internacional, como o UNIDO. □



Grupo Temático de Energia da SADC de energia

REPRESENTANTES DO Secretariado da SADC, organiza de Cooperação Internacional (ICPs) e outras instituições em Gaborone, Botswana, em Fevereiro, na qualidade de Grupo de Trabalho. O ETG reúne-se duas vezes por ano para discutir questões de energia da SADC. Esta edição da revista África Austral discute as questões discutidas na reunião.

Projecto de interligação Zimbabwe-Zâmbia-Botswana regista progressos

O GRUPO de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) nomeou três consultores para fornecer vários serviços técnicos destinados a garantir o início de um projecto de interligação que ligará as redes eléctricas de quatro Países na região.

De acordo com o Gestor rente do Centro de Coordenação do SAPP, o Dr. Lawrence Musaba, a empresa de consultoria de engenharia alemã, Fichtner, foi designada para prestar serviços de transacções e assessoria técnica para o projecto ZiZaBoNa, enquanto a empresa sueca, SWECO, foi seleccionada para realizar uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS) para o ramo zambiano da linha de transmissão. A AIAS foi concluída no Botswana, Namíbia e Zimbabwe.

O contrato para realizar a coordenação e supervisão de projectos foi atribuído a PhD Capital, da África do Sul. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) está a financiar os consultores.

"O financiamento já foi liberado pelo BAD e o projecto vai começar em breve", disse Musaba ao Grupo Temático de Energia da SADC em Gaborone, Botswana, em Fevereiro.

Iniciada em 2008, a linha de transmissão ZiZaBoNa liga o Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia. O seu desenvolvimento vai aumentar o comércio de electricidade entre as empresas de energia dos Países participantes.

A interligação tem como objectivo fornecer uma rota de transmissão de energia alternativa na região da SADC e descongestionar o actual corredor de transmissão central de energia que atravessa o Zimbabwe.

O projecto ZiZaBoNa será executado em duas fases. A primeira fase do projecto inclui a construção de uma linha de 120 km 330kilovolt (kV) da Estação de Energia Hwange para Victoria Falls, onde uma estação de comutação será construída no lado do Zimbabwe. A linha vai estender-se a uma subestação em Livingstone, na Zâmbia.

A segunda fase envolve a construção de uma linha de 330kV com 300 km de Livingstone a Katima Mulilo na Namíbia, através Pandamatenga, no Botswana.



SADC discute fornecimento regional

ações subsidiárias da SADC, Parceiros de desenvolvimento reuniram-se em Temático de Energia da SADC (ETG). As pertinentes que afectam o sector de Hoje destaca algumas das principais

Zimbabwe-Namíbia (ZiZaBoNa)

A interligação Zimbabwe-Zâmbia será construída como uma linha de alta tensão, com uma capacidade de transmissão de 430kV. No entanto, ela irá funcionar como uma linha de 330kV, durante a primeira fase.

Depois de concluído, o projecto ZiZaBoNa, por exemplo vai tornar possível a concessionária de energia da Namíbia, Nam-Power, importar electricidade directamente da Estação de Energia de Hwange, no Zimbabwe. Actualmente, a electricidade produzida na estação Hwange é canalizada para a Namíbia através da África do Sul.

A região da SADC ainda não está totalmente integrada uma vez que Angola, o Malawi e a República Unida da Tanzânia ainda não estão ligados a rede do grupo de empresas regionais de electricidade.

Isto significa que qualquer nova capacidade de produção instalada em qualquer um dos três países não é consumida nos outros nove membros do SAPP. Estes são Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe. □

Reunião de Ministros da Energia da SADC marcada para Maio

MINISTROS DE Energia da SADC vão reunir-se em Maio, na África do Sul, para discutir uma série de questões, incluindo a criação do centro para promover a absorção de energias renováveis na região.

A reunião que estava marcada para o Malawi no ano passado, por volta de Março / Abril foi adiada para permitir que o País se preparasse para realizar as suas eleições gerais. A África do Sul, desde então, se ofereceu para sediar a reunião deste ano, oferecendo uma oportunidade para os ministros de energia analisar em a situação de energia na região.

As principais questões a serem discutidos incluem a decisão sobre o País que vai sediar o Centro para a Eficiência Energética e Energia Renovável da SADC. Outras questões na agenda serão a implementação das principais decisões tomadas na última reunião ministerial realizada no Lesotho, em 2013, bem como o estado de alguns dos projectos regionais prioritários de energia. □



Projectos para serem implementados em 2015					
	Empresa	País	Nome	Tipo	Capacidade (MW)
1	Eskom	África do Sul	Medupi	Térmica	738
2	Eskom	África do Sul	Ingula	Hidroeléctrica	333
3	IPP	África do Sul	Cogen	Gás	335
4	Eskom	África do Sul	Cogen	Gás	100
5	IPP	África do Sul	Round 3 Renováveis	Renovável	322
6	TANESCO	Tanzânia	Kinyerezi 1	Gás	150
7	SNEL	RDC	Inga 1	Hidroeléctrica	110
8	SNEL	RDC	Inga 2	Hidroeléctrica	320
9	ZESCO	Zâmbia	Ithezhi Tezhi	Hidroeléctrica	120
10	ZESCO	Zâmbia	Lusiwasi	Hidroeléctrica	15
11	IPP	Zimbabwe	Pungwe	Hidroeléctrica	15
12	IPP	Moçambique	Ressano Garcia	Gás	175
13	IPP	Moçambique	Kuvanianga	Gás	30
Total					2,763

Fonte SAPP

SAPP planeia produzir 2.763MW de nova energia



O GRUPO de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) planeia implementar novos projectos de electricidade que adicionarão 2.763 Megawatts de electricidade à rede regional este ano, como parte da meta regional para atender as necessidades de energia até 2018.

Da capacidade planeada nos 13 projectos que estão implementados em seis Estados Membros da SADC, a maior parte de energia virá da África do Sul, onde, pelo menos cinco projectos estão planificados para implementação no corrente ano, podendo contribuir com um valor adicional de 1,828MW para a rede regional.

De acordo com o Gestor do Centro de Coordenação do SAPP, Dr. Lawrence Musaba, outra contribuição significativa para a rede regional de energia virá da República Democrática do Congo, que poderá adicionar 430MW este ano (*ver tabela*).

As centrais térmicas farão a maior contribuição da nova capacidade de produção na África do Sul, com a Central Térmica de Medupi fornecendo um adicional de 738MW até o final deste ano.

No que diz respeito a meta regional de aumentar a captação de energia limpa, cerca de 45 por cento da nova capacidade prevista para 2015 virá de fontes renováveis de energia.

O consumo de energia renovável ocorre em resposta a uma resolução feita em 2012 por países da África Austral para aumentar a captação de fontes de energia menos poluentes que resultam em emissão reduzida de carbono.

A meta a longo prazo, definida por especialistas regionais de energia, é de que o SAPP deve alcançar um misto de energia renovável na rede regional de pelo menos 32 por cento em 2020 e 35 por cento em 2030.

Além disso, o gás está se tornando um dos principais contribuintes de energia na região, com cinco dos projectos a serem implementados. A África do Sul espera que contribua com 435MW de capacidade de produção a partir da concessionária nacional de energia ESKOM e um produtor independente de energia a gás (IPP).

Este ano vai testemunhar uma grande parcela da capacidade planeada vinda de PIEs que contribuem com cerca de 32 por cento da nova produção.

Por exemplo, nova energia que vira do Zimbabwe e Moçambique será produzida por PIEs.

O Zimbabwe tem quatro estações hidroeléctricas notáveis de IPP, um dos quais - o Pungué - vai entrar em actividade este ano e contribuir com 15MW para a rede eléctrica.

As centrais Ressano Garcia e Kuvanianga, em Moçambique, também dirigidas por PIEs poderão acrescentar 175MW e 30MW, respectivamente, para a rede regional.

De acordo com o SAPP, a África Austral planeia produzir 24,062MW de energia entre 2015 e 2019, se todos os projectos propostos entrarem em operação.

Este desenvolvimento vai permitir que a região finalmente satisfaça as suas necessidades de energia após vários anos de escassez.

Desde 2007, a região vem enfrentando desafios no cumprimento das suas necessidades de energia, forçando a maioria dos Estados Membros da SADC a implementar políticas de gestão da procura, porque a limitação de corrente tem de alguma forma conseguido imobilizar a procura global de energia eléctrica na região. □



SADC e UE vão finalizar Acordo Económico em 2015

A **ÁFRICA** Austral e União Europeia esperam finalizar o seu Acordo de Parceria Económica (APE) ainda no decurso do corrente ano.

O acordo prevê, entre outras coisas, o acesso isento de direitos e de quotas ao mercado da UE para as exportações dos Países da SADC, que, por sua vez, será obrigado a abrir gradualmente os seus mercados às exportações europeias ao longo de um período de 15 anos, com excepções para determinados produtos que os Países consideram sensíveis.

No entanto, esta abordagem fragmentada para as negociações dos APE foi um dos principais obstáculos para o processo de negociação, que foi concluída em Julho 2014 entre a região da SADC e a UE.

O grupo de negociação da SADC é composto por Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Swazilândia e República Unida da Tanzânia. A África do Sul participa no grupo SADC, mas apenas como um observador, porque este País já tem um acordo de comércio com a Europa.

Os outros Países da SADC - Madagáscar, Malawi, Maurícias, Zâmbia e Zimbabwe - negociam no âmbito do grupo África Oriental e Austral (ESA), enquanto a República Democrática do Congo está integrada na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEMAC).

Os membros do grupo ESA efectuaram um APE provisório com a UE, que entrou em vigor em 2012.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Lawrence Stergomena Tax, disse ao Conselho de Ministros da SADC, que esteve reunido no

Zimbabwe em Março, que os progressos na implementação do acordo estavam em andamento e devem ser finalizados em breve.

"Em 2014, foi feito um progresso notável na área dos acordos de parceria económica, como o início do APE entre a UE e o grupo de APE da SADC", disse ela.

Governadores dos Bancos Centrais Nova tecnologia vai facilitar pagamentos transfronteiriços

O **COMITÉ** dos Governadores dos Bancos Centrais na SADC está a desenvolver duas tecnologias para minimizar a dependência dos sistemas bancários ocidentais.

Um dos sistemas incidirá sobre supervisão bancária, enquanto o outro vai lidar com pagamentos transfronteiriços.

O Presidente da Subcomissão das Tecnologias de Informação do CCBG, Arlindo Lombe, de Moçambique, disse que a rede de informação tecnológica bancária conhecida por Cyrus estará

"O texto está actualmente em revisão legal para uma eventual assinatura, ratificação e implementação."

A UE é um dos maiores parceiros comerciais para a maioria dos Países da SADC. Em 2013, o valor das importações totais da UE foi de cerca de 31 biliões de Euros (9,3 por cento para a

agricultura; 1,5 por cento para as pescas e 89,3 por cento para a indústria). Por outro lado, o total das exportações da UE para a região representou 33 biliões de Euros.

Outras regiões, como a Ásia, especialmente a China, também estão a tornar-se principais parceiros económicos da SADC. □

CCBG

Comité dos Governadores dos Bancos Centrais

baseada na África do Sul e irá abranger todos os Países da SADC.

"É um sistema projectado para facilitar os pagamentos transfronteiriços nos Países membros da SADC, sem passar por sistemas europeus, como tem

acontecido actualmente", disse ele.

O projecto regional sobre a supervisão bancária também irá abranger outras partes de África fora da África Austral, como Cabo Verde, Uganda e Quênia. *Angola Press News Agency* □

Rumo a autonomia dos trabalhadores migrantes na SADC

OS ESTADOS Membros da SADC estão a intensificar esforços para melhorar a segurança financeira dos trabalhadores migrantes na região, pois os trabalhadores migrantes têm contribuído imensamente para o desenvolvimento

socioeconómico da maioria dos Países da África Austral, apesar do seu contributo ser pouco reconhecido.

Arnold Chitambo, do Secretariado da SADC, disse num recente diálogo regional sobre a portabilidade dos benefícios dos trabalhadores das

minas na África Austral que o bem-estar dos trabalhadores migrantes deve ser melhorado porque eles jogam um papel fundamental na agenda de integração da SADC.

Ele disse na conferência, realizada no final de Março, em Joanesburgo, África do Sul, que o código regional para a Segurança Social será revisto para acelerar os níveis de execução.

Um Código foi aprovado pelos Estados Membros da SADC em 2007, para facilitar a transferência de benefícios ou compensação dos trabalhadores migrantes de países de

acolhimento para seus respectivos Países.

"O Secretariado da SADC está a administrar uma ferramenta de monitoria e avaliação para determinar o estado de implementação do código pelos Estados membros", disse ele, acrescentando que um relatório sobre o estado de implementação será lançado este ano.

O código aborda questões de acesso à informação para os trabalhadores já que a maioria deles não estão cientes dos benefícios exactos que lhes são devidos, ou dos seus direitos os reivindicarem. □



Fluxos financeiros ilícitos - tempo para a África agir

por Kizito Sikuka

IMAGINE O que a África seria se todos os seus rendimentos desde recursos naturais, como diamantes, ouro e platina permanecessem no continente para financiar a sua agenda de desenvolvimento.

A África poderia ser um dos continentes mais desenvolvidos e industrializados do mundo, com infra-estruturas sem comparação, fontes de alimentação ininterruptas, empregos suficientes para todos e um ambiente socioeconómico estável e pacífico.

Em assuntos globais, o continente poderia ser uma força proeminente, o que os outros actores, incluindo a China, a Rússia, a Europa e os Estados Unidos poderiam considerar como um parceiro igual.

Esta visão é atingível, mas somente se as medidas forem postas em prática para resolver o flagelo de Fluxos Financeiros Ilícitos (IFF) a partir do continente.

Estima-se que a África perdeu mais de 1,8 triliões de dólares norte americanos a favor de IFF entre 1970 e 2008, e continua a perder recursos que rondam os 150 biliões de dólares norte-americanos anualmente através IFF ou "fuga de capitais ilícitos", principalmente através de evasão fiscal e subfacturação de bens e serviços por empresas multinacionais, de acordo com um estudo recente encomendado pela União Africana (UA).

Isto significa que os recursos que são destinados a desenvolver a África estão sendo usados em outros lugares para melhorar as economias de outros países da Europa, Ásia e os EUA.

Na verdade, mesmo quando esses Países tentam "ser justos", prestando assistência

para a África, constatou-se que "a quantidade de IFF da África é maior que a entrada de Assistência Estrangeira de Desenvolvimento", de acordo com uma declaração da 24ª Cimeira da União Africana realizada recentemente em Adis Abeba, Etiópia.

Então a questão é, o que é que a África pode fazer para conter esses fluxos financeiros ilícitos, e garantir que seus recursos sejam usados para desenvolver as economias dos Países africanos?

O ex-Presidente Sul-Africano, Thabo Mbeki, que lidera o Painel de Alto Nível sobre IFF estabelecido pelos líderes africanos em 2011 para encontrar formas de lidar com o problema, acredita que as soluções devem ser multifacetadas.

"Tornou-se bastante claro no decorrer do nosso trabalho que, embora o estudo do IFF parece tecnicamente complexo, é em última análise, uma questão política que exige decisões em vários níveis de governação", disse Mbeki, no seu discurso na 24ª Cimeira da UA, acrescentando que o IFF poderia ser melhor descrito como um "problema Africano que exige uma solução global."

"Este slogan ressalta o importante papel da cooperação e colaboração de todos os interessados para enfrentar o IFF e dar coerência a nível regional e global, para vertentes díspares do trabalho que está sendo feito sobre este assunto", disse ele.

A avaliação de Mbeki é fundamental porque a África e a comunidade global, particularmente a Europa e os EUA, tem na sua maioria a culpa na "drenagem" e canalização de recursos que seriam destinados a desenvolver a África para financiar outros desenvolvimentos fora do continente.



Por exemplo, a maioria das explorações de recursos em África estão geralmente nas mãos de poucas empresas estrangeiras que pagam impostos baixos e muitas vezes preferem processar as matérias-primas fora do continente.

A maioria dos países africanos não tem documentação adequada e perfil dos seus próprios recursos naturais disponíveis.

Esta situação fez com que muitos governos africanos sejam prejudicados nas negociações de extracção mineral porque eles não estão cientes da qualidade e quantidade exacta dos seus recursos naturais.

O Director do Observatórios de Recursos da África Austral, Claude Kabemba, instou a África a desenvolver uma base de dados vibrante, que trace o perfil dos diversos recursos naturais que são encontrados no continente.

"Quando extraímos os minerais, estamos extraindo o nosso capital. Portanto, a África precisa de investir pesadamente na colecta de dados e gestão de conhecimento sobre os seus recursos naturais", disse Kabemba.

Outra intervenção importante para a África seria renegociar alguns dos acordos de mineração assinado há muitas décadas para identificar aqueles que são duvidosos e não beneficiam o continente.

Essa rota pode ter os seus próprios desafios técnicos e legais, mas é, no entanto, uma intervenção importante, caso a África queira tirar o máximo proveito dos seus recursos.

PARA CONTRIBUIR para o actual debate sobre o controlo dos fluxos financeiros ilícitos, O Centro Confiança de África e o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) estabeleceram uma base de dados para fornecer um centro de conhecimento para trabalhos de pesquisa, artigos de jornais e outras publicações sobre o tema fluxos financeiros ilícitos da África. O objectivo geral do banco de dados é melhorar o acesso dos resultados de pesquisas e das organizações que trabalham com a saída de capitais ilícitos. □

Os líderes africanos também concordaram que os recursos financeiros perdidos através de IFF devem ser identificados e retornados para África para financiar a agenda de desenvolvimento do continente.

"A agora é hora para o Renascimento da África, para o continente recuperar a posse dos seus recursos naturais e implementar uma gestão sólida, prudente e boa governação, com vista a otimizar os benefícios deriváveis dos recursos naturais, em especial os sectores extractivistas e recursos minerais para as presentes e futuras gerações e ao mesmo tempo limitar os impactos ambientais e macroeconómicos negativos", disseram os líderes. □





Tanzânia adia referendo constitucional

A **REPÚBLICA** Unida da Tanzânia adiou os seus planos de realizar um referendo sobre uma nova Constituição, na sequência de atrasos no registo dos eleitores.

Inicialmente programado para 30 de Abril, a Comissão Nacional de Eleições (NEC) da Tanzânia anunciou no início de Abril que o referendo será realizado numa data posterior, quando o processo de recenseamento eleitoral foi concluído.

"O referendo anunciado anteriormente, foi adiado até que a Comissão Nacional de Eleições anunciar uma nova data", lê-se num comunicado divulgado pela NEC.

"Uma vez que o registo dos eleitores ainda não foi concluído, a comissão eleitoral não será capaz de prosseguir com o referendo sobre a nova Constituição."

Além disso, há alguma diferença de abordagem entre o Chama Cha Mapinduzi (CCM), partido no poder, e a oposição sobre a forma como a nova Constituição foi elaborada.

A oposição afirma que o projecto de constituição foi aprovado sem o quórum por uma assembleia dominada pelo partido CCM.

Isto ocorreu após a oposição ter abandonado a Assembleia Constituinte, em Abril de 2014, argumentando que as suas sugestões sobre reformas políticas, incluindo a limitação dos poderes presidenciais e o estabelecimento de um sistema federal de governo, estavam sendo ignoradas.

Desde então, a oposição, em conjunto com grupos da sociedade civil, vem pedindo o adiamento do referendo.

A nova Constituição resultou de

um longo processo de consulta e avaliação, e se destina a substituir a que vigora desde 1977.

A constituição proposta aborda mais a continuidade do que mudanças. Mais importante, a estrutura do governo continuará tal como era desde o Acto de União em 1964. Esta é uma questão nacional sensível, vista como a garantia de unidade nacional.

Nos termos do acordo de 1964, o arquipélago de Zanzibar, que compreende as duas principais ilhas de Unguja e Pemba, mantém a sua própria estrutura de governação e um sistema eleitoral adicionais as estruturas da União.

Zanzibar e Tanganica, como era conhecida a parte continental, assinaram um acordo de União a 26 Abril de 1964 para formar a República Unida da Tanzânia, cujo principal objectivo era a construção de uma sociedade

unificada baseada na liberdade, direitos humanos e convivência pacífica.

Outro destaque chave do projecto de Constituição inclui a introdução de paridade de género na representação no parlamento.

Isto está de acordo com o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, que apela para a representação igual de homens e mulheres nos cargos de tomada de decisão.

Mais de 1,5 milhões de cópias da proposta de Constituição foram impressos em Swahili, tendo mais de 1,3 milhões de exemplares já sido distribuídos.

A parte continental da Tanzânia recebeu mais de 1,1 milhões de cópias para as suas 25 regiões, enquanto 200.000 cópias foram distribuídas em Zanzibar.

Não está claro como a mudança da data do referendo vai afectar as eleições

presidenciais e legislativas, previstas para o final de Outubro.

Tanzânia realizou suas últimas eleições gerais, em 2010, e espera para ir para a votação deste ano para escolher um novo governo.

A Tanzânia realiza as eleições nacionais em intervalos regulares desde a independência em 1961, e eleições gerais deste ano serão as quintas do País desde a introdução da política multipartidária em 1992.

O Presidente em exercício, Jakaya Kikwete, não vai participar nas eleições presidenciais porque ele está cumprindo o seu segundo e último mandato, nos termos da Constituição existente.

Portanto, o partido governamental CCM, que está no poder desde a independência, será representado por um novo candidato, que será eleito pelo congresso do partido, nos meados do ano. □

SADC satisfeita com a situação política na região

SADC EXPRESSOU satisfação com a situação política geral na região, afirmando que a estabilidade é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico.

O Conselho de Ministros da SADC, que esteve reunido no início de Março em Harare, Zimbabwe, apelou a região para consolidar a paz, eliminando "algumas bolsas de insegurança" que ainda existem.

Por exemplo, o leste da República Democrática do Congo enfrenta desafios políticos desde 2012, quando rebeldes anti-governo invadiram e tomaram a cidade de Goma, localizada na parte oriental do País, provocando o

deslocamento de pessoas e perda de vidas e bens.

"Apesar de ainda existirem bolsas de insegurança na SADC, estamos muito satisfeitos com o nível de maturidade política que a região continua a apresentar", disse o Presidente do Conselho, Simbarashe Mumbengegwi, que é ministro dos Negócios Estrangeiros do Zimbabwe.

"Elogiamos o povo do Botswana, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Lesotho pela realização de justas e pacíficas nestes países no final do ano passado e no início deste ano."

Botswana, Moçambique e Namíbia realizaram eleições

nacionais em 2014, com a passagem do poder para novos presidentes de Moçambique e da Namíbia, no início de 2015.

A Zâmbia e Lesotho foram as urnas em Janeiro e Fevereiro, respectivamente, e ambas as eleições foram declaradas como tendo decorrido em conformidade com as normas internacionais e regionais.

"O desenrolar destas eleições é um testemunho claro de que a democracia e os princípios democráticos já têm raízes firmes na nossa região. É um desenvolvimento que nos dá grande satisfação como Estados membros da SADC", disse Mumbengegwi. □



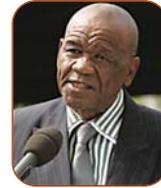


"Retiremos o Lesotho da insegurança política"

PAKALITHA MOSISILI foi empossado como o novo Primeiro-Ministro do Reino do Lesotho a 17 de Março de 2015, após a formação de um governo de coligação.

Isso ocorreu após as eleições gerais realizadas a 28 de Fevereiro, que foram ganhas com uma pequena margem pela Convenção Todos Basotho (ABC), liderada pelo ex-Primeiro-Ministro Thomas Thabane.

A ABC obteve 40 lugares, seguida por 37 para do Congresso Democrático (DC), liderada por Mosisili, também um ex-Primeiro-Ministro.



O Congresso Lesotho para a Democracia e o Partido Nacional Basotho obtiveram dois e um lugares, respectivamente, dos 80 parlamentares que são escolhidos usando o sistema de Pluralidade em Círculo Uninominal.

Os restantes 40 assentos na Assembleia Nacional são eleitos por um círculo eleitoral nacional utilizando o sistema de Lista partidária de Representação Proporcional.

Neste cenário, a DC fez uma aliança com os seis outros partidos da oposição para formar o governo, pois a ABC não seria capaz de conseguir votos suficientes.

Esta é uma estratégia semelhante à usada por Thabane quando foi eleito Primeiro-Ministro em 2012.

No entanto, as divergências no seio da coligação governamental mergulharam o País numa crise que levaram a antecipação das eleições do País para 28 de Fevereiro de 2015, contra a data inicial de Maio 2017.

As expectativas são enormes a volta do novo governo de coligação de sete partidos, pois podem trazer uma estabilidade duradoura para um país que tem uma longa história de luta política, que remonta ao tempo em que ela alcançou a sua independência a 04 de Outubro de 1966.

Falando logo após a toada de posse, Mosisili prometeram unir o reino e conduzir o País à prosperidade.

"Eu aceito essa responsabilidade plenamente consciente dos desafios que o nosso país continua a enfrentar", disse ele, acrescentando que era

da responsabilidade de todas as partes interessadas "levar com êxito o nosso País para fora da insegurança política em prol da paz, harmonia e prosperidade."

Vários líderes regionais testemunharam a cerimónia de tomada de posse, incluindo o Presidente Jacob Zuma, da África do Sul, o Primeiro-Ministro, da Swazilândia, Barnabas Sibusiso Dlamini, e Dra. Stergomena Lawrence Tax, Secretária Executiva da SADC.

A SADC esteve activa na busca de uma solução duradoura para a situação política Basotho.

Quando Lesotho mergulhou na instabilidade supostamente atizada por Thabane em Junho

de 2014, que depois de enfrentar um voto de não-confiança, suspendeu o parlamento, a SADC montou uma equipe de mediação para resolver a situação no Lesotho.

Liderada pelo Vice-Presidente Sul-africano, Cyril Ramaphosa, a mediação permitiu que a assinatura da Declaração de Facilitação de Maseru, em Outubro, e o Acordo Segurança de Maseru, em Novembro de 2014, abrisse o caminho para realização das eleições em Fevereiro.

Um total de 1.210.079 eleitores foi recenseado para votar, segundo a Comissão Eleitoral Independente do Lesotho. □

SADC subscrive eleições do Lesotho

A **MISSÃO** de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) disse que as eleições para a Assembleia Nacional do Reino do Lesotho, realizadas no dia 28 de Fevereiro, decorreram em conformidade com as normas internacionais e regionais.

"A SEOM observou que a fase pré-eleitoral foi marcada por uma atmosfera política geralmente calma e tranquila. Comícios políticos foram pacíficos e não houve incidentes violentos observados", refere parte do comunicado divulgado pela missão da SADC, que foi dirigida pela Ministra sul-africana dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Maitse Nkoana-Mashabane.

"Com base nas suas observações, a Missão de Observação Eleitoral da SADC conclui que as eleições para a Assembleia Nacional de 2015, no Reino do Lesotho, foram pacíficas, transparentes, credíveis, livres e justas, reflectindo assim a vontade do povo do Reino de Lesotho." □

SADC encerra escritório da missão de facilitação no Lesotho

A **MISSÃO** da SADC para o Reino do Lesotho (SOMILES) terminou na sequência de eleições bem sucedidas no Lesotho.



A reunião da Dupla Troika da SADC realizada em Setembro 2014 em Pretória, África do Sul, decidiu implantar a SOMILES para lidar com a situação política e de segurança no Lesotho.

A missão da SADC, que tinha como facilitador o Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, coadjuvado pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Tax, foi encerrada em 30 de Março pela após a conclusão com êxito do seu trabalho.

A bandeira da SADC foi retirada numa cerimónia que simboliza o encerramento da missão.

"Com este acto queremos declarar, ao povo deste País e ao mundo, que, de facto, a paz e estabilidade voltou ao Lesotho", disse Ramaphosa.

"Eu gostaria de assegurar o povo do Reino do Lesotho que a SADC sempre estará pronta para apoiar os Estados Membros, incluindo os nossos irmãos e irmãs deste lindo e grande reino do Lesotho. Estamos confiantes de que os marcos alcançados serão salvaguardados pelo povo Basotho", acrescentou a Dra. Tax. □



"A SADC continua empenhada com a Igualdade e Paridade de Género"

SADC ESTÁ empenhada em melhorar a situação das mulheres e vai continuar a trabalhar para integrar o género em todos os seus programas de integração regional.

Este posicionamento foi assumido quando a região da SADC se juntou ao resto do mundo na comemoração do Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, que este ano marca o 20º aniversário da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing, bem como o 15º aniversário da Resolução 1325 das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

O tema para este ano é - "Autonomia das Mulheres; Autonomia da Humanidade: Faça Acontecer".

Falando durante a comemoração realizada em Gaborone, Botswana, A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que a região continua comprometida com a autonomia das mulheres e em atingir a igualdade de género.

"A autonomia das mulheres é de facto Autonomia da Humanidade porque as mulheres são a espinha dorsal das nossas economias e são a maioria dos envolvidos na produção agrícola de subsistência e para segurança alimentar", disse ela.

"Uma vez que as mulheres constituem a maioria dos mais pobres da nossa região, não há dúvidas de que somente a sua capacitação vai fazer diferença nos esforços de combate a pobreza e no alcance das metas estabelecidas para a erradicação da pobreza."

Ela disse que é importante que os Estados Membros da SADC a continuem a integrar "a perspectiva de género nas políticas, programas e actividades em todos os sectores da integração regional para que possamos realizar a visão da SADC de garantir o bem-estar económico e melhoria da qualidade de vida do povo da África Austral".

A Dra. Tax, disse que apesar da SADC estar a fazer progressos significativos para capacitar as mulheres, muito mais ainda precisa de ser feito para garantir a igualdade de género na região.

"Os Estados Membros da SADC estão a fazer progressos significativos no acesso e equidade na educação primária e, para alguns países, no ensino secundário e superior", disse ela, acrescentando que "no geral, a diferença entre rapazes e raparigas nas escolas está a diminuir na região da SADC."

"No entanto, a retenção no ensino secundário e terciário continua a ser um desafio devido as elevadas taxas de desistência escolar por parte das raparigas, daí que a taxa bruta de matrículas para o ensino superior continua a ser ainda muito baixo."

No domínio da saúde, ela disse foram feitas conquistas para reduzir novas infecções

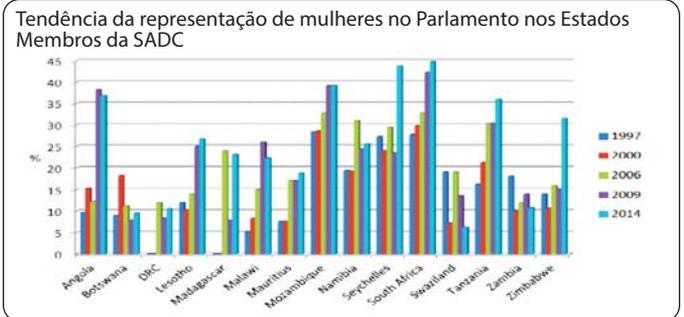
pelo HIV, particularmente através de intervenções para prevenir a transmissão de mãe para filho.

Essa conquista, segundo ela, deve ser replicada para reduzir o número de mulheres que morrem por causas relacionadas com a gravidez.

Quanto a participação e representação das mulheres na política e na tomada de decisão, uma tendência ascendente constante tem sido observada ao longo dos últimos anos. (Veja tabela).

"Em média, a representação de mulheres da região no parlamento é de cerca de 25 por cento, com sete dos 15 Estados-Membros com possuindo mais de 30 por cento de representação das mulheres no Parlamento, três dos quais atingiram 40 por cento", disse a Dra. Tax.

Isto está em conformidade com o Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, que apela para a igualdade de representação de mulheres e homens nos órgãos de tomada de decisão. □



Fonte: SADC

Principais conquistas do Género na SADC

A EQUIDADE do Género na África Austral está firmemente enraizada na agenda de integração regional e os Estados Membros da SADC apoiam o princípio fundamental de que os homens e as mulheres devem ser envolvidos na tomada de decisões a todos os níveis e em todas as áreas.

Algumas das principais conquistas da SADC na promoção da igualdade de género e da paridade são:

- Assinatura e adopção do Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, em 2008, ratificação e entrada em vigor, a 22 de Fevereiro de 2013, e início da implementação do protocolo pelos Estados-Membros;
- Modificação da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento de 1997, em 1998, para integrar a componente de Prevenção e

Eradicação da Violência contra as Mulheres e Crianças que insta os Estados-Membros a comprometerem-se, entre outros, a revogar as leis que discriminam as mulheres;

- Uma das metas do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional é facilitar a concretização da igualdade efectiva entre homens e mulheres na região da SADC, através da dimensão de género em todas as actividades políticas e programas nacionais e regionais;
- Aprovação da Política de Género da SADC pelo Conselho de Ministros da SADC, em 2007;
- Criação de Ministérios responsáveis pelo Género ou Assuntos da Mulher em 12 dos 15 Estados Membros da SADC para gerir e defender a autonomia das mulheres e dos

compromissos de igualdade de género;

- Todos os Estados Membros da SADC têm legislação ou instrumentos relacionados para enfrentar a Violência Baseada no Género, havendo nove Países com legislação específica referentes a crimes sexuais;
- Desenvolvimento de uma Estratégia de Autonomia Económica Regional de Mulheres em 2011, que permitiu o aumento no número de mulheres nos cargos de tomada de decisões económicas;
- Directrizes da SADC sobre Orçamentação do Género desenvolvidas e implementadas; e
- A participação e representação das mulheres na política e na tomada de decisões tem melhorado significativamente na região, apesar do progresso ser inconsistente em toda a região. □

Eventos Abril - Junho 2015



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
 Secretariado da SADC, SADC House,
 Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
 Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
 E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
 Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
 Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
 Phyllis Johnson, Danai Majaha, Nyarai Kampilipili, Anisha Madanhi,
 Anesu Ngadya, Tanaka Chitsa

TRADUTOR
 Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2015

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
 Tonely Ngwenya

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS
 P1 cargocollective.com, idwala.com; P4 SARDC, herald.co.zw; P5 inhabitant.com, wordpress.com, B Antonio; P6 Editorial Vanguarda, railwaygazette.com, B Antonio Mozambique; P7 SARDC, nepad.org
 P8 sarasphere.net; P10 sharpwater.eu, sadcbankers.org;
 P11 imgbuddy.com pixshark.com, wikipedia.org; p12 SARDC, Frai-intermedia, eac.int
 P13 cnn.com, incwajana.com, wikipedia.com; P14 rescue.org; P16 newera.com.na, herald.co.zw, allafrica.com

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
 15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
 Harare, Zimbabwe
 Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
 E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
 Conhecimento para o Desenvolvimento




Abril 9-10, Zimbabwe	Fórum sobre o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África O fórum visa identificar medidas concretas para a rápida implantação de 16 projectos prioritários de infra-estruturas regionais do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA). O PIDA é um modelo para a transformação das infra-estruturas Africanas para o período 2012-2040. Dos 16 projectos prioritários, sete estão na SADC.
13-15, Zimbabwe	Reunião do Grupo de Trabalho para a revisão do RISDP O grupo de trabalho vai se reunir para validar o conteúdo do RISDP revisto para o período 2015-2020 e o Quadro de Implementação que poderá ser apresentado para aprovação durante a Cimeira Extraordinária da SADC sobre a industrialização, marcada para o final de Abril. O grupo de trabalho é composto por representantes dos Estados-Membros, do Secretariado da SADC, das instituições filiadas e subsidiárias da SADC, instituições de investigação, políticos e peritos independentes.
14-16, Zimbabwe	Cimeira sobre Inovação Digital em África 2015 Sob o lema "Acesso a preços acessíveis" a reunião vai discutir a forma como a África pode desenvolver a sua Tecnologia de Informação e Comunicação para melhorar o acesso a serviços de Internet e outros produtos tecnológicos.
15, Senegal	Reunião do Grupo de Trabalho Continental sobre ACL O grupo de trabalho vai analisar todas as questões preparatórias e documentos técnicos essenciais que permitirão a Cimeira da União Africana lançar as negociações da Área Continental de Comércio Livre (CTFA) em Junho. A África pretende criar uma ACL em todo o continente até 2017.
15-16, Moçambique	Cimeira sobre TIC na África Austral 2015 A cimeira reunirá responsáveis políticos, reguladores e líderes da indústria para partilhar conhecimento e desenvolver estratégias sobre as melhores práticas no sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A reunião terá como foco a implantação de soluções de TIC para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da África Austral e capacitá-los para aplicarem os seus conhecimentos e habilidades.
27-29, Etiópia	Fórum sobre Infra-estruturas Resilientes ao Clima em África (ACRIS) ACRIS é um fórum que lida com os desafios decorrentes das alterações climáticas nas infra-estruturas das Tecnologias de Informação e Comunicação, energia, água, agricultura, segurança e transporte de alimentos em África. Organizado pela Comissão da União Africana, a cimeira vai destacar projectos de investimento e explorar estratégias e práticas eficazes em todo o continente para acelerar o desenvolvimento desses projectos e adopção de tecnologias eficientes Resilientes a volatilidade climática.
28, Zimbabwe	Conselho de Ministros da SADC O Conselho de Ministros vai realizar uma reunião extraordinária para discutir e aprovar a estratégia de industrialização e o seu roteiro, bem como o relatório final sobre Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) revisto para 2015-2020.
29, Zimbabwe	Cimeira Extraordinária sobre Industrialização na SADC Na sequência da directiva pelos líderes da SADC na sua Cimeira de 2014 para priorizar a industrialização na agenda de integração económica regional, a região vai realizar uma cimeira especial para discutir um quadro para o reforço da capacidade industrial na África Austral. A cimeira também vai discutir e, possivelmente, aprovar o RISDP Revisto para 2015-2020.
Maio 4-8, Etiópia	Comité Técnico da UA sobre TIC O Comité Técnico da União Africana (UA) é composto por Ministros ou altos funcionários responsáveis nos sectores abrangidos pelas suas respectivas áreas de competência e é responsável pela elaboração de projectos e programas da União e submetê-los ao Conselho Executivo. Também têm o dever de assegurar a fiscalização, acompanhamento e avaliação da execução das decisões tomadas pelos órgãos da União e a coordenação e harmonização dos projectos e programas da União.
12-14, África do Sul	15a Semana Africana de utilização de energia limpa O evento reunirá empresas e profissionais dos sectores de água e energia para discutir as melhores práticas para o fornecimento efectivo de energia e abastecimento de água em África, bem como outras questões emergentes.

35 anos

Independência do Zimbabwe

ABRIL É um mês especial na história do Zimbabwe, já que este mês tem várias datas significativas, sobretudo a Independência conquistada no dia 18 de Abril de 1980.

Há 117 anos, no dia 27 de Abril 1898, os arquitectos da primeira resistência contra o colonialismo (Chimurenga), Mbuya Chahwe, meio do espírito Nehanda, e Sekuru Gumboreshumba, meio do espírito Kaguvi, foram enforcados pelo regime colono por se terem atrevido a desafiar a expropriação colonial.

Sessenta e oito anos depois, a 28 de Abril de 1966, teve lugar a primeira batalha da Segunda Chimurenga, no Chinhoyi.

Abril é também o mês que o presidente Robert Mugabe deixou o País a pé para o vizinho Moçambique, em 1975, para liderar a luta de libertação após a sua libertação da prisão.

Este ano, o mês é ainda mais significativo, pois marca 35 anos desde que o Zimbabwe alcançou a sua independência da Grã-Bretanha.

A luta pela independência do Zimbabwe destacou a importância da cooperação internacional na luta pela justiça e expôs as tensões geopolíticas ocasionadas pela política da Guerra Fria da época.

O Zimbabwe alcançou a sua independência reconhecida internacionalmente a 18 de Abril 1980, após 90 anos de domínio colonial, incluindo um período de 15 anos de dominação colona branca após a Declaração Unilateral da Independência pelo regime Ian Smith, em 1965.

O sucesso das forças da Frente Patriótica - que compreende o Exército Africano de Libertação Nacional do Zimbabwe (ZANLA) e o Exército Popular de Libertação do Zimbabwe (ZIPRA) - na execução da guerra de libertação ocorreu, em parte, devido ao forte apoio dos movimentos de libertação dos Países da região recém independentes e parceiros internacionais.

Os líderes dos estados africanos independentes criaram o Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA), com sede em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, que forneceu apoio diplomático, material e formação para os combatentes da libertação do continente, nomeadamente na África Austral, uma missão que foi concluída com o fim do apartheid na África do Sul, em 1994.

A Zâmbia e Moçambique, que têm fronteiras comuns com o Zimbabwe, acolheram os movimentos de libertação e fornecendo base de retaguarda e segurança.

Por volta de 1972, a ZANLA operava a partir província de Tete, noroeste de Moçambique, que era controlada pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Após a independência de Moçambique de Portugal, em 1975, a ZANLA foi autorizado a abrir campos de treinamento e alimentação adicional nas áreas de fronteira. Esta foi uma grande ajuda no recrutamento e formação de quadros. As forças ZIPRA operavam principalmente a partir da Zâmbia, mas também Botswana.

Milhares de combatentes foram treinados em Moçambique, na República Unida da Tanzânia, Etiópia, Jugoslávia e na Líbia, assim como na União Soviética e na República Popular da China.

As negociações em Londres, entre a Frente Patriótica e Grã-Bretanha, resultaram no Acordo de cessar-fogo e Lancaster House, em Dezembro de 1979.

O país voltou temporariamente para o controlo britânico sob um governador britânico e foram realizadas eleições sob supervisão internacional em Fevereiro de 1980.

A ZANU PF ganhou as eleições e Mugabe tornou-se o primeiro primeiro-ministro do Zimbabwe a 18 de Abril de 1980.



Namíbia celebra Jubileu de Prata

NAMÍBIA COMEMOROU o seu Jubileu de Prata, a 21 de Março, durante uma cerimónia que coincidiu com a transição do poder do Presidente Hifikepunye Pohamba ao ex-Primeiro-Ministro, Dr Hage Geingob.

Geingob tornou-se o terceiro presidente democraticamente eleito da Namíbia durante uma cerimónia conjunta no Independence Stadium, em Windhoek, que serviu para marcar o 25º aniversário da independência do Estado-membro da SADC e testemunhar a investidura do novo líder do País.

Pohamba agradeceu vizinhos da Namíbia, assim como Cuba, pela assistência prestada ao País na conquista da sua independência, em 1990.

Desde a sua fundação em 1990, a Namíbia ganhou respeito por fornecer sistemas de governação baseados em valores e por transmitir os ideais da democracia, com base nos valores da paz, segurança, estabilidade, justiça, unidade, liberdade e, mais importante, a inclusão no processo de governação do País.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Abril - Junho 2015

3 Abril	Sexta-feira Santa	Toda a SADC, excepto RDC
4 Abril	Sábado de Páscoa/Santo	Malawi, Seychelles, Zâmbia
4 Abril	Dia da Paz e reconciliação	Angola
6 Abril	Segunda-feira de Páscoa	Toda a SADC, excepto RDC
7 Abril	Dia do Sheikh Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
8 Abril	Feriado Público	Moçambique
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da juventude	RDC
1 Maio	Dia do Trabalhador	RDC, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia
	Dia do Trabalho	Angola, Botswana, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Seychelles, Swazilândia
4 Maio	Dia de Cassinga	Namíbia
14 Maio	Dia de Ascensão	Botswana, Madagáscar, Lesotho, Namíbia, Swazilândia
14 Maio	Dia de Kamuzu	Malawi
17 Maio	Dia da Liberdade	RDC
25 Maio	Dia de África	Angola, Lesotho, Namíbia, Zimbabwe
	Dia da Liberdade de África	Zâmbia
5 Junho	Dia da Liberdade	Seychelles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
19 Junho	Corpo de Cristo	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC